

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM - MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificado	
		Danilo Cezar Torres Chaves	Titular	Presente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SSRH	Vinícius Rosa Rodrigues	Titular	Ausente	
		Luiz Roberto Moretti (Secretário executivo dos Comitês PCJ)	Titular	Presente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia (Secretário executivo adjunto dos Comitês PCJ)	Suplente	Presente	
		Astor Dias de Andrade	Suplente	Ausente	
03	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Justificado	
		Mara Regina S. Ramos	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Justificado	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Ausente	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Adriana Gomes de Freitas	Suplente	Presente	
		Esther Menezes	Suplente	Ausente	
05	SMA	Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Justificado	
		Laura Stela Naliato Perez	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Justificado	
		Adilson José Rossini	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	Secretaria de Energia e Mineração	José Hélio Luppi Júnior	Suplente	Ausente	
		Raphael Rodrigues Ferreira	Suplente	Presente	
07	P. M. de Rio das Pedras	Antônio Carlos Defavari	Titular	Ausente	
		Daniel Gonçalves	Titular	Presente	
	P. M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Osmar da Silva Júnior	Suplente	Presente	
08	P.M. de Nova Odessa	Benjamim Billl Vieira de Souza	Titular	Ausente	
		Ricardo Ôngaro	Titular	Presente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
09	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P.M. de Itirapina	José Maria Candido	Suplente	Ausente	
		Alípio Marques Júnior	Suplente	Presente	
10	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Ana Lúcia Watanabe	Suplente	Ausente	
11	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Rio Claro	João Teixeira Júnior	Suplente	Ausente	
		Ricardo Pires de Oliveira	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	João Batista da Silva	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Justificado	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Luana da Silva	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coord. da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Justificado	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

14	CIESP – DR Jundiáí	Roberto Mario Polga	Titular	Ausente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Presente	
15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coord. Adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
16	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Presente	
		Antônio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
	CODEN	Ricardo Ôngaro	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coord. da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin (Coord. Adjunto da CT-Rural)	Suplente	Ausente	
19	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Justificado	
20	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coord. Adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	AESABESP	Marcia Nunes	Suplente	Ausente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coord. Adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	Suprema	Franciscus Johannes Maria Schoenmaker	Suplente	Presente	
23	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Rotary Club de Rio Claro “Cidade Azul”	Dejanira de Franceschi de Angelis	Suplente	Ausente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Ausente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IG	Sibele Ezaki	Coordenadora	Justificado
	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Vieira	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Justificado
	CIESP DR Campinas	Jorge Marino Galgaro	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-MH	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-PB	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Secretária	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	SAA	Henrique Bellinaso	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SAM	IPSA	Adriana Fabiana Corrêa	Coordenadora	Justificado

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo e Financeiro)
	Eduardo Cuoco Léo
	Elaine Franco de Campos
	Kátia Rossi Gotardi Piccin
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Mayara Sakamoto Lopes
	Anne Caroline Malvestio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

	Marina Peres Barbosa
	Bruna Caroline Juliani
	Aline de Fátima Rocha Meneses Moura
	Thais Aparecida Manoel
	Leonardo Lucas Baumgratz
	Diogo Bernardo Pedrozo
	Kaique Duarte Barretto
	Juliana Prado Guilmo
	Rodolfo Bassani
AFOCAPI / COPLACANA / Sindicato Rural de Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (CT-Rural)
DAAE Rio Claro	Marcio Afonso B. F.
GAEMA PCJ	Rodrigo Sanches Garcia
Irrigart Engenharia	Mayra Melo
Instituto Agrônomo de Campinas	Isabella Clerici de Maria
P. M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P. M. de Louveira	Patrícia Ferreira
Shout Publicidade	Ricardo Martins
	Carolina Brito
Universidade de Oxford	Cláudia Maria Coleoni

5 1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 30/05/2018. A abertura da
10 reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos. **1.1. Proposta de inclusão de item de pauta:** O Sr. Moretti solicitou a inclusão de item de pauta em “Outros assuntos” para discussão da
15 atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017. O Sr. Moretti colocou em votação a inclusão deste item de pauta, sendo aprovada por unanimidade.
20 **2. Informes: 2.1. da Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti informou: a)- no dia 15 de junho de 2018 será realizado o Seminário “Perspectivas para Reúso de Efluentes voltados à Indústria nas Bacias PCJ”, organizado pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, pela Agência das Bacias PCJ e pelo Banco Mundial. O evento é aberto a todos e mais informações estão disponíveis no site dos Comitês
25 PCJ; b)- será realizado, em 12 de julho de 2018, na Faculdade de Tecnologia da Unicamp da Limeira (FT/Unicamp) o 3º Simpósio da Câmara Técnica de Saneamento (AS) dos Comitês PCJ: Avanços e Desafios nas Bacias dos Rios PCJ: Outorga Digital, Impactos e Tecnologias Disponíveis. O evento é
30 aberto a todos e mais informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ; c)- será realizada em Brasília, no dia 28 de junho de 2018, reunião para renovação do

mandato do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
35 (CNRH), e que o CBH-PCJ, o PCJ FEDERAL e o CBH-PJ1 foram habilitados para participar das Assembleias Deliberativas que terão por finalidade indicar os representantes dos respectivos setores, titulares e suplentes; d)- o Dr. Ricardo Daruiz Borsari
40 é o novo Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, tendo assumido a pasta em 28 de maio, substituindo o Dr. Benedito Braga, que o Dr. Borsari ocupava a superintendência do Departamento de Águas e Energia Elétrica do
45 Estado de São Paulo, cargo que passou a ser exercido pelo Dr. Francisco Eduardo Loducca; e)- ocorrerá Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, porém a data prevista de 12 de junho teve de ser alterada em razão da anormalidade no
50 abastecimento e locomoção que traria dificuldades à plena realização do encontro, que nova data será comunicada em breve; f)- no dia 28 de junho de 2018 será realizada a 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, a qual ocorrerá no Cine Teatro “Fabio
55 Andrade de Oliveira”, em Extrema/MG, sendo que a pauta e a convocação serão enviadas em breve, dentro do prazo regimental; g)- o professor Arisvaldo Vieira Mello Junior, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo desenvolveu projeto relacionado às
60 alternativas para cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável da Nações Unidas, cujos estudos são focados nas bacias hidrográficas do Rio São Francisco e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; que trata-se de um projeto internacional
65 realizado por pesquisadores brasileiros, sul-africanos, alemães e noruegueses e que o professor Arisvaldo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

solicitou manifestação dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ em apoio ao projeto, o qual se encontra pré-aprovado. Caso seja aprovado em definitivo, os pesquisadores desenvolverão atividades de pesquisa nas Bacias PCJ e junto às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. **2.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou: a)- foi realizado, em 26 de maio de 2018, evento para assinatura de contrato com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) para realização dos Projetos Integrals de Propriedades (PIPs) de 33 propriedades dos municípios de Charqueada e São Pedro, uma ação desenvolvida a partir da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ. Quanto à realização do projeto em Analândia, os PIPs das 15 propriedades rurais contratados anteriormente foram apresentados em 07 de junho de 2018, possibilitando o prosseguimento para novas etapas do projeto. Ainda em relação à Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ, a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ complementou informando que, visando à prorrogação dos prazos para apresentação das propostas, foi redigida a Deliberação dos Comitês PCJ *Ad Referendum* nº 292/2018, de 27/07/2018, que altera prazos para inscrição de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017. O prazo encerrou-se, após prorrogação, em 05/06/2018, constando 11 (onze) projetos inscritos, que contemplam 10 (dez) diferentes municípios, sendo 6 (seis) inscrições referentes ao Programa I (PIPs e reflorestamento) e 5 (cinco) inscrições referentes ao Programa II (Pagamento por Serviços Ambientais). Ressaltou que o processo de análise das propostas se iniciará em 11 de junho, cumprindo prazos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017 que define cronograma e regras supracitadas; b)- o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo-Financeiro da Agência das Bacias PCJ participou de reunião, em Brasília, representando o Presidente dos Comitês PCJ, o Sr. Barjas Negri, na qual foi discutido o Plano de Revitalização de Bacias Hidrográficas. A seguir, o Sr. Sergio passou a palavra ao Sr. Eduardo Leo Cuoco, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacia PCJ, que informou que estão sendo realizadas reuniões conjuntas entre Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ visando à elaboração de Cadernos Temáticos referentes à revisão do Plano das Bacias PCJ. São cinco os Cadernos Temáticos em discussão: Educação

Ambiental; Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais; Garantia de Suprimento Hídrico; Águas Subterrâneas, e Conservação e Uso da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal. Mais informações estão disponíveis nos sites dos Comitês PCJ e da revisão do Plano das Bacias PCJ. **3. Apreciação da Ata da 70ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) realizada no Consórcio PCJ, em Americana, em 06/04/2018:** O Sr. Moretti, questionou aos membros sobre a necessidade da leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, sem alterações na minuta apresentada. **4. Apreciação da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 292/18, de 28/05/18, que altera prazos para inscrição de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017:** O Sr. Moretti, informou que, em razão da anormalidade no abastecimento e locomoção decorrentes do movimento reivindicatório dos caminhoneiros no Brasil, o prazo para inscrição de áreas e propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, que se encerraria em 30 de maio, segundo Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, foi postergado para o dia 05 de junho, buscando minimizar possíveis dificuldades oriundas das limitações logísticas e de abastecimento registradas durante a então última semana de inscrições segundo cronograma inicial. Dessa forma, foi apresentada a deliberação que referenda ato dos presidentes dos Comitês PCJ estabelecido pela Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 292/18, de 28/05/18, que altera prazos para inscrição de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, para análise e encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti abriu para discussão, e, não havendo manifestações, colocou a minuta de deliberação que ratifica esse ato em votação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2019/2021, e dá outras providências:** O Sr. Moretti, informou que, em função da necessidade de se definirem prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

175 usuários de recursos hídricos e das organizações
civis para composição dos Plenários do CBH-PCJ e
PCJ FEDERAL, foi elaborada minuta de
deliberação dos Comitês PCJ para aprovação de
calendário, Edital, procedimentos eleitorais e
180 constituição de Comissão Eleitoral para as eleições
dos Comitês PCJ, para o mandato 2019/2021. Após
a explanação inicial, o Sr. Waldir Souza,
representante da Companhia de Saneamento de
Minas Gerais (COPASA), solicitou a palavra e
185 informou a respeito do processo eleitoral do CBH-
PJ1, esclarecendo que o atraso ocorrido foi devido
ao fato de todos os indicados para composição das
vagas terem sido submetidos à análise da “Lei da
Ficha Limpa”, buscando maior idoneidade e
190 consistência ao processo. Após, o Sr. Waldir passou
a palavra ao Sr. Danilo Chaves, Diretor de Gestão e
Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de
Recursos Hídricos, do Instituto Mineiro de Gestão
das Águas (IGAM), o qual informou que a
195 nomeação dos eleitos para o mandato 2017-2021 do
CBH-PJ1 foi concluída na presente data, permitindo
o prosseguimento do processo com a posse e eleição
da nova diretoria nas próximas semanas. A seguir, o
Sr. Moretti informou que existe a Ação Civil
200 Pública 1000437-05.2018.8.26.0451, instaurada
pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que
versa a respeito da paridade na composição do
Plenário do Comitê (paulista) das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
205 Jundiá (CBH-PCJ), sustentando a tese de que a
composição em vigor está em desacordo com a
prevista pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro
de 1997, que instituiu a Política Nacional de
Recursos Hídricos, na qual se prevê a sociedade
210 civil com um mínimo de 50% das vagas. Na
sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Dr.
Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do
Ministério Público do Estado de São Paulo
(GAEMA PCJ/Campinas), o qual informou que no
215 Plenário do Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ
FEDERAL) tal composição já é estabelecida, sendo
objeto de adequação apenas a composição do
Plenário do CBH-PCJ, justificando-se a pertinência
220 da discussão, neste momento, da citada Ação Civil
Pública devido à atual discussão quanto às regras,
prazos, normas e procedimentos para o processo
eleitoral 2019-2021. O Dr. Rodrigo informou,
também, que caso seja manifestada concordância
225 pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos
Comitês PCJ dos termos do referida Ação Civil

Pública, uma proposta de adequação poderia ser
levada à 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês
PCJ, a ser realizada no dia 28 de junho de 2018, no
230 município de Extrema/MG. Ressaltou, que a
Procuradoria Geral do Estado de São Paulo tem a
interpretação de que os comitês estaduais paulistas,
como é o caso do CBH-PCJ, não estão submetidos
à legislação federal. O Sr. Sergio Razera, Diretor-
235 presidente da Agência das Bacias PCJ, solicitou a
palavra e informou que os comitês de bacia
hidrográfica não têm personalidade jurídica e que a
defesa em ações dessa natureza é realizada pela
Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE).
240 Manifestou também o entendimento de que a
mudança na composição do Plenário do CBH-PCJ
não pode ser decidida por este colegiado pois se
trata de confrontar a determinação da Lei Estadual
nº 7663/91, de 30 de dezembro de 1991, que
245 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, o
que poderia acarretar penalidades quanto à captação
de recursos e outros aspectos legais, pois o CBH-
PCJ estaria deliberadamente agindo contra a Lei
Estadual. O Dr. Rodrigo Sanches retomou a palavra
250 e informou que uma vez que se considere que a
questão deva ser apreciada em âmbito estadual, que
seja encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos
Hídricos (CRH) propondo estudo para eventual
adequação da Lei Estadual e delibere sobre a possível
255 alteração na composição. Na sequência, o Sr. Moretti,
apresentou um histórico da participação da sociedade
civil nos comitês de bacia hidrográfica e explicou
como se dá a composição atualmente do Plenário do
CBH-PCJ, e reafirmou que, segundo orientações,
260 deve-se dar andamento ao processo eleitoral em
questão, uma vez que efetivamente nada foi alterado
até o presente momento. Havendo manifestação
favorável à modificação da composição, os Comitês
PCJ promoverão os ajustes necessários no prazo
265 concedido. Dessa forma, sugeriu que fosse constituído
um Grupo Técnico para o acompanhamento da Ação
Civil Pública, denominado GT-Acompanhamento da
ACP, com o objetivo de acompanhar o
desenvolvimento do processo e discutir aspectos
270 referentes às alterações na composição (em relação à
integração CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, número de
membros, composição da Presidência, dentre outros)
caso a decisão final seja pela modificação da paridade
no CBH-PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a
275 palavra aos membros, que aprovaram a proposta por
unanimidade. Na sequência, o Sr. Moretti prosseguiu
no tratamento da pauta, colocando o conteúdo da
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova
calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constitui

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

280 Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ
(federal e paulista), para o mandato 2019/2021, e dá
outras providências, em discussão, a qual foi aprovada
por unanimidade. Após, passou-se à composição de
proposta aos plenários dos Comitês PCJ da Comissão
285 Eleitoral dos Comitês PCJ, expressa no §1º do Art. 3º
da minuta de deliberação. A Comissão Eleitoral foi
composta como segue: a)- Vice-Presidente do
CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL,
que será o seu coordenador; b)- Secretário
290 Executivo dos Comitês PCJ; c)- Secretário
Executivo Adjunto do CBH-PCJ; d)- representantes
do Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ
ou do PCJ FEDERAL, sendo 1 (um) representante
titular de cada segmento do setor “Usuários de
295 Recursos Hídricos” (ASSEMAE – Setor
Abastecimento Público; Sindicato Rural de Rio
Claro – Setor Irrigação; FIESP - setor Indústria); 1
(um) representante titular e 1 (um) suplente do
segmento “Organizações Cívicas”, sendo o titular o
300 Fórum das Américas e o suplente o Rotary
International – Distrito 4590; 1 (um) representante
titular e 1 (um) suplente do segmento dos
“Municípios” escolhidos dentre os membros dos
Comitês PCJ, sendo a titular a Prefeitura Municipal
305 de Holambra e a suplente a Prefeitura Municipal de
Itirapina; 1 (um) representante titular e 1 (um)
suplente do segmento dos “Órgãos de Governo”
escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ,
sendo o titular a Secretaria de Estado de Agricultura
310 e Abastecimento e o suplente a Secretaria de Estado
de Meio Ambiente; e)- 1 (um) representante do
Segmento Órgãos de Governo, representante dos
órgãos e entidades do Governo Federal, a ser
indicado pelo 3º Vice-Presidente do PCJ
315 FEDERAL; f)- 4 (quatro) membros indicados pelo
CBH-PJ1, um de cada segmento (órgãos de
governo, municípios, usuários de recursos hídricos
e organizações cívicas), que deverão ser indicados
durante a ocasião da realização da 16ª Reunião
320 Extraordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada aos
28 dias do mês de junho de 2018. Após, realizou-se
a composição do GT-Acompanhamento da ACP, que
ficou estabelecida como segue: 1 (um) representante
do segmento Órgãos de Governo (Laura Stela Naliato
325 Perez, representante da Secretaria de Meio Ambiente),
1 (um) representante do segmento Municípios (Daniel
Gonçalves, representante da Prefeitura de Rio das
Pedras, 2 (dois) representante do segmento Usuários
de Recursos Hídricos, sendo 1 (um) urbano (Hugo
330 Marcos Piffer Leme, representante da Associação
Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento –

ASSEMAE) e 1 (um) rural (João Primo Baraldi,
representante do Sindicato Rural de Rio Claro), 1 (um)
representante do segmento de Organizações Cívicas
335 (Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do
Consórcio PCJ), a Secretaria Executiva dos Comitês
PCJ e a Agência das Bacias PCJ. **6. Apreciação da
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que define
cronograma e regras para seleção de
340 empreendimentos de Demanda Priorizada e
Demanda Espontânea visando à indicação para
obtenção de financiamento com recursos da
Compensação Financeira/royalties e das
Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos
345 recursos hídricos, referentes aos orçamentos de
2019 e 2020 e dá outras providências:** O Sr. Moretti
informou que a minuta de deliberação em questão, que
define cronograma e regras para seleção de
empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda
350 Espontânea visando à indicação para obtenção de
financiamento com recursos da compensação
financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e
paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos
orçamentos de 2019 e 2020 e dá outras providências,
355 foi elaborada pelo GT-Critérios, o qual realizou 4
(quatro) reuniões, nos dias 13/03/2018; 16/04/2018;
09/05/2018 e 22/05/2018, para análise e revisão dos
critérios gerais e específicos, acrescentando e
compatibilizando critérios, levando em consideração a
360 revisão do Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e a
disponibilidade de recursos da compensação
financeira/royalties e das Cobranças PCJ. Na
sequência, passou a palavra à Sra. Elaine Campos,
Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ,
365 que informou que o conteúdo da minuta foi baseado
nas deliberações de indicação de empreendimentos
dos anos anteriores, contudo apresenta algumas
modificações substanciais. A conclusão da Etapa 1 da
Revisão do Plano das Bacias PCJ, realizada em 27 de
370 abril de 2018, forneceu subsídios no tocante à
verificação das demandas das Bacias PCJ no que diz
respeito a esgotamento sanitário e ao combate às
perdas nos sistemas de abastecimento. Foram
elaboradas hierarquizações de municípios quanto à
375 prioridade de ações em relação a essas duas questões,
sendo tais priorizações, apontadas na Revisão do
Plano de Bacias, utilizadas como base e constantes
como anexos da minuta de deliberação em questão. A
partir disso, foi criada a categoria “Demanda
380 Priorizada”, além de “Demanda Espontânea” como
formas de captação de recursos. A Sra. Elaine
informou também que os recursos financeiros
disponíveis para 2019 e 2020 serão inferiores aos de
2018 pois no último exercício utilizou-se 60% dos
385 valores encaminhados aos Comitês PCJ pelo Fundo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para 2019, 60% dos valores da Cobrança Estadual Paulista para 2019, além de 100% da Cobrança Federal para 2019. Assim sendo, os valores disponíveis para 2019 correspondem a 40% do orçamento do FEHIDRO e da Cobrança Estadual Paulista dos Comitês PCJ neste exercício. Considerando esta redução, foi pensada a estratégia de elaboração de um edital abrangendo os exercícios de 2019 e 2020. As seleções ocorreriam em 2019, mas as indicações de empreendimentos para financiamento ocorrerão em ambos os anos conforme valores disponíveis para cada ano. Considerando que existem priorizações dadas pela Revisão do Plano de Bacias que serão seguidas para fins de financiamento de ações, a Agência das Bacias PCJ realizará visitas a alguns dos municípios priorizados, que no total correspondem a 15 (quinze) para esgotamento sanitário e 67 (sessenta e sete) para combate às perdas, além de enviar ofício informando da condição de prioritário a todos os municípios elencados como tal. As visitas ocorrerão entre os dias 02 de julho e 28 de setembro de 2018. Essas ações têm como objetivo cientificar os municípios de suas condições prioritárias e auxiliá-los quanto aos processos e documentação a ser reunida visando a tomada dos recursos. A Sra. Elaine informou que as inscrições para protocolos de empreendimentos estarão abertas entre os dias 06 e 08 de novembro de 2018 e, entre 09 de novembro de 2018 e 08 de fevereiro de 2019 será realizada análise dos empreendimentos inscritos, pela Agência das Bacias PCJ, órgãos licenciadores e outorgantes e pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ. A divulgação dos projetos pré-aprovados será realizada em 04 de março de 2019. O detalhamento das datas, prazos e procedimentos consta na minuta de deliberação apresentada. Após, a Sra. Elaine informou que os empreendimentos inscritos como “Demanda Espontânea” serão contemplados após o atendimento aos projetos inscritos como “Demanda Priorizada”, conforme saldo de recursos eventualmente disponível. Após as explanações, o Sr. Moretti reforçou que as priorizações apresentadas foram aprovadas na revisão do Plano de Bacias, aprovada por unanimidade na 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiaí/SP, na data de 27 de abril de 2018. A seguir, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros, não havendo manifestações, colocou a proposta de cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da compensação financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos orçamentos de 2019 e 2020 em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **7. Apresentação**

do Plano de Mídia: O Sr. Moretti, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, o qual informou que, após processo licitatório, foi contratada, em 2017, a empresa Shout Publicidade para elaboração e implantação de plano de mídia para os Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ. A primeira fase do plano de mídia foi realizada em 2017 e teve como foco a participação dos Comitês PCJ no 8º Fórum Mundial da Água, tendo sido as ações daquela etapa apresentadas durante a 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, realizada em Campinas, em 1º de setembro de 2017. A segunda etapa, será apresentada na presente reunião, e terá como foco os 25 anos de instalação do CBH-PCJ. Acrescentou que não há necessidade de aprovação das propostas pela CT-PL, mas que é importante que as ações sejam divulgadas para o pleno conhecimento de todos. Assim, passou a palavra ao Sr. Jayme Brener, representante da empresa Shout Publicidade, o qual destacou que embora o foco das atividades no segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019 sejam os 25 anos de instalação do CBH-PCJ, as ações não serão apenas voltadas à essa temática, mas também serão mantidas ações voltadas à identidade visual e reconhecimento dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, entre outras. Na sequência, os representantes da Shout Publicidade Ricardo Martins e Carolina Brito apresentaram as propostas para a nova etapa do plano de mídia, com destaque ao reforço institucional das marcas e dando visibilidade aos números expressivos da Agência PCJ e dos Comitês PCJ no tocante aos recursos financeiros e investimentos realizados. As propostas incluem uma campanha pelos 25 anos de instalação do CBH-PCJ, que inclui a elaboração de um selo comemorativo. Serão realizados anúncios em rádio e televisão sobre o tema e também sobre outros assuntos relevantes à gestão de recursos hídricos, como o uso racional da água, ações voltadas à preservação ecológica, Dia Mundial da Água, bem como a gestão das redes sociais da Agência das Bacias PCJ e o lançamento da campanha “Somos + Água”, buscando continuidade à proposta do logo “Somos PCJ”. Ao final da apresentação das ações e das manifestações dos presentes, o Sr. Moretti agradeceu a exposição realizada pela Shout Publicidade e, nada havendo a deliberar, deu prosseguimento aos demais itens de pauta. **8. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Relatório Final da “Atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à conservação de água nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, e dá outras providências:** O Sr. Moretti, informou que a Agência das Bacias PCJ contratou, no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

495 ano 2017, por meio de processo licitatório, a empresa
Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos
Hídricos e Meio Ambiente LTDA – EPP, para
execução dos serviços afetos à Atualização do Plano
Diretor para Recomposição Florestal visando à
conservação de água nas Bacias PCJ, conforme Termo
de Referência elaborado e aprovado em conjunto com
os Comitês PCJ, e que foi desenvolvido processo de
ampla discussão da atualização do Plano Diretor para
Recomposição Florestal, com participação das
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e realização de
três Reuniões Públicas nos municípios de Nova
Odessa/SP e Piracicaba/SP. O Sr. Moretti informou
também que a Câmara Técnica de Conservação e
Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês
PCJ, em sua 82ª Reunião Ordinária, realizada no dia
09 de maio de 2018, no município de Piracicaba/SP,
apreciou o conteúdo do Relatório Final da atualização
do plano em questão, considerando-o aprovado para
fins de encaminhamento para apreciação da CT-PL;
bem como, a Câmara Técnica de Uso e Conservação
da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ,
manifestou-se igualmente a favor da aprovação do
Relatório Final da “Atualização do Plano Diretor para
Recomposição Florestal visando à conservação de
água nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá. Com a conclusão dos trabalhos e a
apresentação do Relatório Final, foi elaborada minuta
de deliberação aprovando o devido relatório. Após
esta explanação, o Sr. Moretti abriu para discussão,
sugerindo que o primeiro “considerando” da minuta
apresentada que se referia apenas à legislações, fosse
suprimido por apresentar informações desnecessárias,
o que foi acatado por todos. Não havendo outras
manifestações, o Sr. Moretti submeteu a referida
minuta de deliberação, com a supressão do primeiro
“considerando”, em votação, tendo sido aprovada por
unanimidade. **9. Outros assuntos: 9.1. Proposta de
atualização dos valores cobrados pelo uso dos
recursos hídricos em rios de domínio da União nas
Bacias PCJ, referentes aos exercícios anteriores à
aprovação da Resolução CNRH nº 192, de 19 de
dezembro de 2017:** O Sr. Moretti, informou que
existe a necessidade de propor reajustes nos valores a
serem cobrados na Cobrança Federal para o exercício
2019 e anos posteriores, conforme Resolução do
Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH nº
192, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o
procedimento para atualização dos preços públicos
unitários cobrados pelo uso dos recursos hídricos de
domínio da União. Após a explanação inicial, o Sr.
Moretti passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira,
Diretor Administrativo-Financeiro da Agência das
Bacias PCJ, que informou que o §2º do Art. 3º da

Resolução CNRH nº 192/2017 estabelece que, caso o
Comitê não apresente a proposta para a recomposição
dos valores cobrados nos exercícios anteriores à
aprovação da referida Resolução, aplicar-se-á, para o
exercício de 2019, a variação do IPCA/IBGE ao preço
público unitário vigente do mês da sua aprovação, por
Resolução do CNRH, até o mês de outubro de 2018.
Diante do exposto o Sr. Ivens, apresentou cenários
com a composição dos valores da cobrança federal, a
serem estabelecidos: Cenário 1: Conforme
interpretação da equipe técnica da Agência Nacional
de Águas (ANA), a estimativa do IPCA acumulado
entre junho/2014 e outubro/2018 deveria ser tomada
por base, o que corresponderia a 30,34%, a incidir
sobre os Preços Públicos Unitários (PPUs) de 2016.
Cenário 2: Conforme interpretação da equipe técnica
da Agência das Bacias PCJ, a estimativa do IPCA
acumulado entre junho/2014 e outubro/2018 deveria
ser tomada por base, o que corresponderia a 30,34%,
diferenciando-se do cenário 1 por interpretar que tal
porcentagem deva incidir sobre os Preços Públicos
Unitários (PPUs) de 2014. Cenário 3: Conforme
interpretação da Agência das Bacias PCJ e a Secretaria
Executiva dos Comitês PCJ, a estimativa do IPCA
acumulado entre janeiro/2017 e outubro/2018 deveria
ser tomada por base, o que corresponderia a 7,61%, a
incidir sobre os Preços Públicos Unitários (PPUs) de
2016. Neste último cenário, os PPU's seriam
estabelecidos da seguinte forma para 2019: Captação
de água bruta: R\$ 0,0137; Consumo de água bruta:
R\$ 0,0274; Lançamento de efluentes: R\$ 0,1371;
Transposição de bacia: R\$ 0,0206. Tais valores
correspondem a um acréscimo de 5,38% sobre o valor
cobrado em 2018. Ao término da apresentação do Sr.
Ivens, o Sr. Moretti questionou se havia manifestações
a respeito do assunto. O Sr. Alexandre Vilella,
representante da FIESP, posicionou-se contrário às
propostas de reajuste, afirmando que a FIESP é
contrária aos termos de Resolução CNRH 192/2017,
ou seja, ao reajuste automático, à quebra de isonomia
entre as cobranças estaduais e a cobrança federal e à
cobrança retroativa. Ao final das manifestações, o Sr.
Moretti colocou o conteúdo da minuta de deliberação
em votação, composta pela proposta apresentada com
base no “cenário 3”, interpretação da Agência das
Bacias PCJ e da Secretaria Executiva dos Comitês
PCJ, a qual foi aprovada por maioria absoluta,
contando-se votos contrários: 01 (um) da Federação da
Indústria do Estado de São Paulo (FIESP); 01 (um) do
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)
DR Limeira, e abstenção da SABESP. **10.
Encerramento:** Na sequência, o Sr. Moretti abriu a
palavra aos presentes e, não havendo, bem como nada

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 71ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – SANASA – Campinas/SP – 08/06/2018 – 10h30min

mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos
e deu por encerrada a reunião.

610

605

615

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ